

SERVIDORES NÃO ACEITAM PAGAR PELA CRISE



A equipe econômica escolhida pela presidente Dilma para conduzir as políticas prioritárias de seu segundo governo vem adotando o mesmo discurso pregado diversas vezes pelos neoliberais, numa tentativa de agradar ao mercado. A ordem é cortar, enxugar, reduzir o Estado ao mínimo. A lista HSBC nos mostra como funciona o mercado financeiro: um mix de caixa 2, dinheiro do narcotráfico, do terrorismo internacional, da corrupção política e das jogadas financeiras.

A mídia, o poder econômico, parlamentares conservadores e até mesmo os governos estaduais e federal, tem usado constantemente argumentos como “arrumar a casa”, “cortar e equilibrar gastos” sem uma avaliação mais criteriosa das políticas públicas, dando ênfase à redução de investimentos a estas políticas e à retração de direitos coletivos e trabalhistas. Estes ajustes têm caráter recessivo, retirando direitos para recompor os mecanismos de controle do capital financeiro e das elites nos ajustes fiscais e trazendo retração econômica combinando com alta geral de preços por meio do ajuste das tarifas. E quem paga essa conta são as classes trabalhadoras e os menos favorecidos.

Esta política, somada à pressão empresarial por uma reforma trabalhista que visa arrancar direito dos trabalhadores e impor mais arrocho salarial e desemprego, se materializou nas Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014. Essas MPs alteram, de forma significativa, alguns benefícios trabalhistas e previdenciários, especialmente em relação ao Seguro Desemprego, Auxílio Doença e Pensão por Morte.

Para agravar ainda mais, a operação Lava Jato instala uma das maiores crises do parlamento brasileiro que teve 49 nomes, entre deputados e senadores (atuantes no momento ou não), citados pela investigação. Entre eles estão o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o do Senado, Renan Calheiros, gerando um sentimento de que há uma corrupção generalizada e provocando um descrédito nos partidos políticos. A grande preocupação dos parlamentares é “salve-se quem puder”.

Como se não bastasse tudo isso, no Congresso Nacional aumentou a representação de ruralistas e empresários que, somando com a bancada evangélica e de policiais, formam maioria. Restam poucos parlamentares comprometidos com os trabalhadores e com pautas populares ou progressistas. Muito pelo contrário, com a perspectiva de queda na arrecadação privada, a dotação do fundo partidário foi elevada de R\$ 290 milhões para R\$ 868 milhões, dando uma amostra de qual é a prioridade do Congresso.

Com essa receita, está mais que comprovado: não há espaço para políticas públicas e valorização dos

trabalhadores públicos federais.

Para enfrentar esta política recessiva apresentada, o caminho é a luta. E ela não se resume à pressão junto ao parlamento. O fundamental é a mobilização da categoria para reverter esta tendência dentro do governo.

EIXOS DE NOSSA CAMPANHA

Um dos eixos principais dessa campanha envolve a luta por uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição de perdas inflacionárias.

Seguindo levantamentos e estudos técnicos, o fórum das entidades nacionais dos federais irá buscar junto ao governo um índice linear de reajuste de 27,3%. Esse percentual tem como ponto de partida o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de agosto de 2010 a julho de 2016 que gira em torno de 44%, já descontados os 15,8% concedidos pelo governo em três parcelas (2013, 2014, 2015). A partir daí foram incluídos percentuais levantados por estudos que consideraram a previsão de inflação para este ano (6,6%) e para o 1º semestre de 2016 (2,8%), acrescidos de um pedido de ganho real de 2%.

O índice linear de 27,3% não exclui a luta pelas demandas que buscam a correção de distorções e, inclusive, fazem parte de termos de acordo já firmados e não cumpridos com o governo.

Entre os destaques da campanha salarial 2015 segue ainda a luta por:

1. Data base em 1º de maio;
2. Negociação coletiva;
3. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
4. Isonomia dos benefícios entre os Três Poderes que incluem auxílio-alimentação, creche, plano de saúde e outros;
5. Retirada de projetos que atacam direitos trabalhistas e aprovação imediata de propostas de interesse dos servidores no Congresso Nacional;
6. Aprimoramento da carreira (aumento de piso e step, racionalização dos cargos entre outros).

O conjunto dos servidores públicos federais já realizou uma reunião com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Na ocasião, ficou claro que o governo federal não está disposto a atender à nossa reivindicação dos 27,3%. A argumentação usada pelo MPOG é que a situação econômica do país não permite que as perdas salariais sejam repostas e que antes é preciso estabilizar a economia.

É preciso levar em consideração, entretanto, que o ajuste fiscal proposto pelo governo não faz nenhuma alteração na meta de superávit primário, que destina uma enorme quantidade de recursos para o pagamento dos juros da dívida pública. O governo está, deliberadamente, mantendo o lucro dos rentistas em detrimento da justa reposição dos trabalhadores públicos federais.

No âmbito de nossa pauta interna, a FASUBRA já se reuniu com o MEC em duas oportunidades, quando foi discutido o descumprimento do acordo da greve de 2014. Até o presente momento, não houve resposta por parte do governo.

O resultado de todas essas conversas nos mostra que o “não” nós já temos, e que será necessária uma ampla mobilização de toda a comunidade acadêmica para que possamos reverter esse quadro. Investir no trabalhador é investir em setores centrais da vida acadêmica como: assistência aos dos estudantes, o pagamento dos contratos e das bolsas, a comunicação, o funcionamento da biblioteca, dos laboratórios, da Rádio Universitária, do Hospital das Clínicas e de tantas outras áreas e serviços sem os quais as Instituições Federais de Ensino não teriam condições de funcionar adequadamente.

Toda essa estrutura é realizada por trabalhadores que possuem o pior salário do serviço público federal. A luta dos técnico-administrativos é, também, a luta por uma educação pública de qualidade.

Como forma de advertir o governo, a FASUBRA aprovou, em Plenária Nacional realizada nos dias 7 e 8 de março, uma pauta específica dos TAEs para a campanha salarial de 2015, com paralisação nos dias 7, 8 e 9 de abril, coincidindo com as jornadas de mobilização dos servidores públicos federais e outras categorias em luta.

Foi aberto também um processo de consulta sobre indicativo de greve por tempo indeterminado para o mês de maio. Em Goiânia, o SINT-IFESgo realizará este debate em assembleia no dia 16 de abril às 8 horas, no auditório da Faculdade de Educação da UFG, momento em também serão escolhidos os delegados ao XXII Congresso da Fasubra, além de outros temas.